

ACESSO E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ENSINO SUPERIOR

Luma Silva Matos ¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar parte da pesquisa realizada num curso de Mestrado em Educação do Campo, a presente pesquisa teve como objetivo geral elaborar um Relatório diagnóstico sobre o acesso e permanência dos estudantes na Licenciatura em Educação do Campo: Habilitação em Ciências Agrárias no Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E como objetivos específicos realizar uma abordagem sobre Acesso e Permanência no Ensino Superior e na Educação do Campo em especial, identificar a forma de acesso ao curso de Licenciatura em Educação do Campo – ENEM, Vestibular, Cotas especiais, etc, identificar como tem sido a permanência dos estudantes no curso e quais as suas estratégias de permanência, identificar os programas de permanência específicos para o Cursos de Educação do Campo. Esta pesquisa possui caráter qualitativo. Os procedimentos metodológicos escolhidos foram a pesquisa secundária e entrevistas em profundidade permeada por instrumentos que possibilitaram ampliação e melhor compreensão do objeto de estudo. Nessa perspectiva, a presente pesquisa propõe discutir questões sobre acesso e permanência dos estudantes da Licenciatura em Educação do campo. Observamos que, ainda são insuficientes as produções acadêmicas referentes ao acesso, permanência e aos percursos escolares de estudantes camponeses. Daí afirma-se a necessidade de pesquisas voltadas a permanência escolar no campo, nos diversos níveis de ensino.

Palavras-chave: Permanência, Educação Do Campo, Licenciatura Em Educação Do Campo.



O MIRANTE DE ONDE OBSERVO A REALIDADE

Sou oriunda de Salvador- BA, filha de mãe negra nascida em uma comunidade rural chamada Uruçu - Ubaíra-BA. Minha mãe teve uma infância humilde no campo, iniciou seus estudos em uma comunidade rural por nome Jenipapo e deu continuidade em outra comunidade chamada Alto da Lagoinha, ambas multisseriadas e pertencentes ao município de Ubaíra- BA.

Passou por inúmeras dificuldades no acesso à escola, estrutura precária, insuficiência de materiais entre outras. Para dar continuidade a sua trajetória escolar foi morar na cidade de Amargosa-BA e enfrentou o problema do afunilamento da oferta educacional no campo, falta de transporte para ir e voltar, onde os estudantes para continuar a estudar precisam ir para a cidade, tendo que morar em casa de *conhecidos* dos meus avós e ficar na condição de empregada doméstica em troca de moradia para conseguir concluir seus estudos, por várias vezes passou por humilhações nas casas onde morou e nas escolas onde estudou. Tais humilhações estiveram baseadas em sua cor, origem e condição social. Por ser negra, pobre e de comunidade rural, já foi impedida de ir visitar os pais nos fins de semana, de ir a festejos religiosos da cidade entre outras, mas mesmo com tantas dificuldades enfrentadas conseguiu concluir seu ensino médio no antigo magistério, e depois foi morar na cidade de Salvador-BA em busca de melhores condições de trabalho. Lá, conheceu meu pai, casou-se e teve duas filhas.

Durante a minha trajetória escolar, minha mãe também já foi vítima de preconceito, ao levar eu e minha irmã na escola onde estudávamos por termos o cabelo “liso” ou como se diz por aqui “que puxou a família de meu pai” pensavam que minha mãe era nossa babá e responsável por nos levar e buscar na escola.

Vivemos na capital baiana até o fim do ano de 2004 quando minha mãe decidiu retornar para a comunidade rural do Alto da Lagoinha. Pela insuficiência de oferta escolar no campo eu e minha irmã íamos do campo para cidade todos os dias, enfrentando perigo nas estradas. Quando o transporte atolava e não achávamos carona, voltávamos andando para casa debaixo de chuva. Quando o transporte quebrava ou havia impedimentos na estrada como lama entre outros, passávamos dias sem ir à escola. Já fui discriminada por morar no campo, por não ter dinheiro para lanche, por ter dificuldades para realizar os



trabalhos em grupos em virtude da distância do lugar onde morava, enfim, fatores que são cruciais para uma permanência qualificada em educação.

No ano de 2009 ingressei no curso de licenciatura em pedagogia na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, para permanecer no curso não foi fácil. Quando iniciei, minha mãe não tinha trabalho fixo e por isso não podia custear minhas despesas. Contei com ajuda de meu namorado, dos parentes e também fiz alguns “bicos” como reforço escolar, até passar em uma seleção para projeto de pesquisa com bolsa, em 2010, no grupo PET Afirmaç@o: Acesso e permanência de jovens de comunidades negras rurais no ensino superior, onde além da bolsa que me deu condições de permanecer materialmente no curso pude ter contato com as discussões sobre acesso e permanência de jovens de comunidades negras rurais no ensino superior. No Projeto, me senti contemplada enquanto jovem negra vinda do campo, pude entender todo contexto político e social e ir em busca de direitos até então negados.

Além das formações propiciadas pelo projeto de pesquisa, tive contato com a temática da educação do campo em uma disciplina optativa da graduação e nos eventos que abordavam o tema, o curso de pedagogia não me ofereceu nenhum tipo de formação relacionada a educação do campo e nem para atuar em escolas do campo, conclui minha graduação com as formações buscada por mim em projeto de pesquisa, eventos científicos e disciplina optativa. O que também ocorreu com a temática das relações étnico raciais, o curso não ofertou nenhuma disciplina obrigatória sobre a temática. Tudo que conheci no currículo de pedagogia foi ofertado em uma única disciplina optativa e nos eventos que participei. Tai fatores me motivaram a investigar essas *ausências* e assim, desenvolvi o trabalho de conclusão de curso intitulado Currículo e Formação: Um estudo sobre a matriz curricular do curso de pedagogia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia na perspectiva da aplicação da Lei 10639/03² que tinha como questão norteadora: Como o currículo do curso de pedagogia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia tem contribuído para a formação dos estudantes para aplicação da lei 10639/03? Foram realizadas análises documentais, entrevistas com coordenação, professores e estudantes do curso de pedagogia, pôde-se identificar na pesquisa que o curso de pedagogia do ponto

²Art. 26-A. nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

Mestra do curso Profissional em Educação do Campo pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB lumamatos.edu@gmail.com.



de vista institucional não estava cumprindo a lei 10639/03. Estávamos formando professores sem capacitação para o ensino das relações raciais e cultura afro brasileira nas escolas.

Finalizei o curso de pedagogia em 2013, no ano de 2014 fui contratada para trabalhar em uma escola do campo em uma turma multisseriada, quando iniciei senti uma grande dificuldade na minha prática pedagógica pela falta de formação para atuar com o modelo de turma, segundo nos aponta Barros et al (2010), os professores das escolas multisseriadas enfrentam dificuldades na organização da prática pedagógica porque desenvolvem o trabalho docente baseado na concepção de várias séries ao mesmo tempo e têm que elaborar diferentes planos de ensino e estratégias de avaliação da aprendizagem para as diversas séries atendidas em uma classe. “Além disso, eles se sentem pressionados pelo fato de as Secretarias de Educação definirem encaminhamentos padronizados no que se refere à definição de horário do funcionamento das turmas e ao planejamento e listagem de conteúdos” (BARROS *etal*, 2010, p. 28).

Fui aprendendo com o passar dos dias e com ajuda dos demais professores da escola a lidar com as especificidades da turma. O que dificultava mais a prática do professor eram os pacotes prontos vindo da secretaria de educação totalmente desconectados da realidade dos alunos e distantes de um projeto de educação do campo. O que conseguíamos modificar, fazíamos. Mas isso nem sempre era permitido.

A partir da experiência como professora do campo pude observar uma educação urbana inserida nas escolas do campo e não uma educação pensada a partir da realidade dos sujeitos do campo e da comunidade. Esse direito de uma educação do campo então negado, é garantido na LDB que aborda que os sistemas de ensino façam as adaptações necessárias na sua forma de organização, funcionamento e atendimento para se adequar à realidade do campo. Se torna um descaso com a população camponesa os projetos enviados às escolas pelas secretarias de educação. Projetos totalmente descontextualizados, onde muitas vezes é desvalorizado o conhecimento, a cultura e origem de seus educandos e o que eles têm a oferecer. É imposto um currículo urbano, com as avaliações e os métodos pedagógicos impostos pelas classes dominantes.

A partir da trajetória vivida na educação escolar até a graduação, enquanto professora de uma escola do campo, trajetória de demais sujeitos do campo que passaram por diversos entraves para permanência na escola e universidade, e com o objetivo de ter à formação Mestra do curso Profissional em Educação do Campo pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB lumamatos.edu@gmail.com.



de qualidade, crítica, qualificação profissional, fortalecer a luta por um projeto de educação do campo em Amargosa e no Centro de Formação de Professores da UFRB, onde todos os anos ingressam muitos estudantes vindos do campo fiz a seleção para ingressar no Mestrado Profissional em Educação do Campo da UFRB com o projeto Acesso e Permanência de Estudantes do Campo no Ensino Superior.

Nessa perspectiva, a presente pesquisa propõe discutir questões sobre acesso e permanência dos estudantes da Licenciatura em Educação do Campo. Entendemos que ainda são escassas as produções acadêmicas referentes à temática sobre o acesso, permanência e aos percursos escolares de estudantes camponeses. Daí afirma-se à necessidade de pesquisas voltadas a permanência escolar no campo, sobretudo nos diversos níveis de ensino. a abordagem qualitativa, por entender que tal abordagem daria conta do espectro que compõe acesso e permanência. O resultado final é Relatório diagnóstico sobre o acesso e permanência dos estudantes na Licenciatura em Educação do Campo: Habilitação em Ciências Agrárias no Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Todo o trabalho foi norteado pelos seguintes objetivos específicos:

Realizar uma abordagem teórica sobre Acesso e Permanência no Ensino Superior e na Educação do Campo em especial

- Identificar a forma de acesso ao curso de Licenciatura em Educação do Campo – ENEM, Vestibular, Cotas especiais, etc.
- Identificar como tem sido a permanência dos estudantes no curso e quais as suas estratégias de permanência
- Identificar os Programas de Permanência específicos para o Cursos de Educação do Campo

Dada à natureza da pesquisa, adotamos como procedimento metodológicos a pesquisa secundária e entrevistas em profundidade permeada por instrumentos que possibilitaram ampliação e melhor compreensão do objeto de estudo.

Vergara (2005, p. 71) aborda que o relatório é o relato da pesquisa, a forma que foi realizada, os resultados obtidos, as conclusões a que se chegou e das indicações e sugestões que o pesquisador faz a outros. O mesmo se ajusta aos pressupostos deste Curso de Mestrado Profissional em Educação do Campo, que se propõe como Trabalho de Mestra do curso Profissional em Educação do Campo pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB lumamatos.edu@gmail.com.



Conclusão de Curso a apresentação de um produto inovador, capaz de provocar um impacto mais rápido e preciso no contexto de inserção do mestrando/pesquisador.

Este Trabalho de Conclusão de Curso é composto por cinco capítulos, além da presente introdução e das considerações finais. A introdução possui o contexto em que a pesquisa foi realizada, abordando a justificativa pessoal, acadêmica e social.

O primeiro capítulo intitulado **Metodologia: O Fazer da Pesquisa** aborda a metodologia adotada na pesquisa, o local que em foi desenvolvida, a contextualização do produto final e o perfil dos entrevistados.

O segundo capítulo iniciamos com o **Diagnóstico da Licenciatura em Educação do Campo do CFP-UFRB** onde é apresentado o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, às políticas Institucionais do Curso e as Atividades desenvolvidas no Curso.

O terceiro capítulo **Educação do (no) Campo X Educação Rural – Conceitos e Definições** é feito um breve panorama da educação do campo antes conceituada como educação rural. Aqui, a Educação do Campo é entendida como ação estratégica dos movimentos sociais para a emancipação humana. Em seguida, foi realizado um Panorama Geral das Políticas em Educação do Campo existentes até os dias atuais, os movimentos sociais do campo têm o papel principal na reivindicação por políticas públicas e principalmente, a educação como direito, e de qualidade para os povos camponeses.

O quarto capítulo traz à discussão sobre o **Acesso ao ensino superior** inicialmente realizando uma abordagem sobre o ensino superior no Brasil em seguida dialogando com as falas dos entrevistados. Apresentamos as questões relativas ao acesso ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo, assim como as mudanças ocorridas na Universidade - políticas afirmativas em educação, as políticas afirmativas em educação do campo e as políticas especiais de criação: acesso e permanência em cursos de educação do campo.

No quinto e último capítulo é feita a contextualização da categoria **Permanência com a discussão do(s) conceito(s)**, posteriormente dialogando com as falas dos entrevistados trazemos os subcapítulos Licenciatura em Educação do Campo: Os Desafios para a Permanência dos Estudantes, a Pedagogia da Alternância seus conceitos e a realização da mesma no curso, as Estratégias Informais de Permanência Material utilizadas pelos

Mestra do curso Profissional em Educação do Campo pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB lumamatos.edu@gmail.com.



estudantes para permanecer no curso, a Discriminação na Universidade sofrida pelos estudantes de origem campestre, o Pertencimento dos Estudantes com o Curso, as Políticas de Permanência na Licenciatura em Educação do Campo do CFP/UFRB onde dialoga sobre os programas de bolsa existentes e finalizando o capítulo é discutido sobre a possibilidade de Transformação da realidade nas comunidades a partir da Licenciatura em Educação do Campo.

Por fim, empreendemos as **Considerações finais** onde é feita uma breve discussão sobre os resultados encontrados na pesquisa e alguns caminhos para superar os entraves encontrados no desenvolvimento do curso a partir das falas dos sujeitos da pesquisa.

Através deste trabalho, pretende-se contribuir com informações sobre o acesso e a permanência dos estudantes da Licenciatura em Educação do Campo: Habilitação em Ciências Agrárias do CFP/UFRB ao ingressar na universidade pública frente as transformações políticas e econômicas ocorridas nos últimos anos em cenário nacional, que reconfiguram e redefinem a realidade do acesso e permanência no ensino superior no país.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma educação do campo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BRASIL. **Educação do campo**: marcos normativo. Brasília: MEC/SECADI, 2012.

BRASÍLIA, **Carta de criação do Fórum Nacional de Educação do Campo**. FONEC, 2010. Disponível em: http://www.freccsupa.net.br/p/documentos_29.html>. Acesso em 05 jan. 2015

BARBIER, R. (1985). Pesquisa-ação na instituição educativa. (Tradução de Estela dos Santos Abreu e Maria Wanda Maul de Andrade). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1977).

Educação do campo. In: CALDART, Roseli Salete *et al* (Orgs.). **Dicionário de educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de São Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 257-264.

FERNANDES, Bernardo Mançano. CERIOLI, Ricardo Paulo. CALDART, Roseli. Primeira Conferência Nacional “Por Uma Educação Básica do Campo”. In: GONZALEZ, Mestra do curso Profissional em Educação do Campo pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB lumamatos.edu@gmail.com.



Miguel Arroyo. CALDART, Roseli Salete. MOLINA, Mônica Castagna(Ogrs.). Por Uma Educação do Campo. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 21-61.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. In: CALDART, Roseli Salete *et al* (Orgs.). **Dicionário de educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de São Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 498-502.

FELINTO, Ladjane Fidelis; BATISTA, Maria do Socorro Xavier. EDUCAÇÃO POPULAR DO CAMPO EM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA: TRABALHO E FORMAÇÃO DOCENTE ATRAVÉS DE OFICINAS PEDAGÓGICAS. s/d Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/anais/xenex_xienid/x_enex/ANAIS/Area4/4CEDFEPEX01.pdf Acesso em Abril de 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano. WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Os usos da terra no Brasil**. 1. Ed. São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco, 2014, (Coleção Vozes do Campo).

FERNANDES, Bernardo. Mançano; CERIOLI, Paulo. Ricardo; CALDART, Roseli Salete. Primeira conferência nacional “Por uma educação básica do campo”: texto preparatório. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004

FINATTI, E. B.; ALVES, J. de M. Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes da UEL: indicadores para a implantação de uma política de assistência estudantil. In: KULLMANN, G. G. et al. Apoio estudantil: reflexões sobre o ingresso e permanência no Ensino Superior. Santa Maria: Editora da UFSM: 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. In: MUNARIM, Antonio *et al* (Orgs.). **Educação do campo: perspectivas e reflexões**. Santa Catarina: Insular, 2010, p. 19-46.

FONAPRACE. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. 2001.

GÓES, Carlos. Como a universidade pública e gratuita aumenta a desigualdade de renda. Ano 2015

GOMES, J. B. B. A recepção do instituto da ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro. In: SANTOS, S. A. Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Diversidade, 2003. p. 45-80.

GOMES, N. L. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, K. (Org.). Superando o racismo na escola. Brasília: MEC/SEF, 2000. p. 143-154.

_____. Cotas para a população negra e a democratização da universidade pública. In: PEIXOTO, M. C. L. (Org). Universidade e democracia: experiências e alternativas para a ampliação do acesso à universidade pública brasileira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004. p. 44-55.

Mestra do curso Profissional em Educação do Campo pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB lumamatos.edu@gmail.com.



Gohn, Maria da Glória. Zancanella, Yolanda. A RELAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS COMO PRINCÍPIO DA CONSTRUÇÃO CRÍTICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO. Olhar de professor, Ponta Grossa, 15(1): 57-70, 2012.

PINTO, JOSÉ MARCELINO DE REZENDE. O Acesso à Educação Superior no Brasil. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 88, p. 727-756, Especial - Out. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a05v2588.pdf>. Acesso em Junho de 2016

PEREIRA, T. I. ; SILVA, L. F. S. C. As Políticas Públicas do Ensino Superior no Governo Lula: expansão ou democratização? Revista debates (UFRGS), v. 4, p. 10-31, 2010.

PIOVESAN, F. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. São Paulo: Max Limonad, 2004.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas sob a perspectiva dos Direitos Humanos. In SANTOS, Sales Augusto dos. (Org). Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade, 2005.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC). **Licenciatura em Educação do Campo com Habilitações em Ciências Agrárias. Amargosa, 2013.**

